

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA ZONA RURAL

MATEUS SILVA DA ROSA¹; MARIA REGINA CAETANO COSTA²;

¹Universidade Federal de Pelotas – mateus-darosa@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – reginna7@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A permanência do jovem no meio rural torna-se uma preocupação decorrente na atualidade, a clássica diáspora da migração campo-cidade vem se acentuando (IBGE, 2000) em diferentes proporções e complexidades. O impulso negativo surgido a partir da Revolução Verde e modernização da agricultura vêm sofrendo modificações em suas especificidades, onde além dos problemas já bem difundidos e conhecidos, como atração urbana e desigual distribuição de terras, se revelam os processos oriundos da modernização da agricultura, onde, além de uma maior dependência do mercado e diminuição das tradições culturais, que ficam submersas nesse projeto arcado pelo grande capital que altera o sentido dessas tradições desenvolvendo uma pressão cada vez maior sobre os pequenos agricultores, tornando-os mais incapazes de investir nesse pacote tecnológico.

O jovem rural por estar inserido num contexto atual, encontra-se atrelado a essas últimas premissas perversas e acaba por assim dizer desenvolvendo uma visão contaminada sobre a definição de se viver no meio rural, muitas vezes imbuídos da necessidade de alteração desse sistema insustentável cada vez mais dependente e atrelado ao lucro financeiro. Deste modo o presente trabalho tem como objetivo identificar e discutir algumas estratégias que podem contribuir com a permanência do jovem no campo a partir de políticas públicas já existentes no Brasil.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, tornou-se necessário uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, visando demonstrar algumas políticas públicas que atuam direta ou indiretamente sobre a permanência do jovem no meio rural. Para tal pesquisa foram utilizados alguns dados levantados pelo IBGE em relação às populações rurais e migração campo-cidade, bem como a utilização de alguns artigos que serviram como referenciais de pesquisa e que tratam de temas influentes sobre as populações rurais. Além destes referenciais, foram atribuídos de forma essencial uma busca as políticas públicas já implementadas em todo território nacional, onde se utilizou como baliza os sites oficiais desenvolvidos para tais políticas públicas, para daí sim traçar a perspectiva de influências das mesmas em consonância à permanência do jovem no meio rural.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população. Em áreas rurais vivem 5,9 milhões de jovens, (IBGE, 2000). Esses dados mostram que apenas

17,3% dos jovens brasileiros moram na zona rural. Há estudos que demonstram que cada vez mais eles trocam o campo pela cidade (CAMARANO et. al,1999), este fato evidencia um problema assim como uma preocupação que começa a se fazer presente no meio acadêmico em relação ao futuro da juventude rural, tais como, a sobrecarga do mercado de trabalho na zona urbana, o desaparecimento da agricultura familiar, a falta de mão-de-obra no campo, entre outras. Os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas, na década de 70 a população rural do Brasil tinha aproximadamente 41 milhões de habitantes, já na década de 80 essa população passou para 38,5 milhões, na década de 90 essa população rural chegou a atingir 33,8 milhões de habitantes, isso corresponde a uma participação de 44,1%, 32,4% e 22% da população total do país, respectivamente (IBGE). Os fatores motivadores para a emigração rural estão divididos entre os atrativos da vida urbana, vistos como fatores de atração e, dificuldades de vida no meio rural e atividades agrícolas, que são estes fatores de expulsão (BRUMER, 2007).

Para que a zona rural continue exercendo o seu devido papel de importância e singularidade é necessário que estudos sobre a juventude rural sejam realizados, pois são eles os responsáveis pelo futuro do setor e as eventuais mudanças que venham acontecer. Para isso torna-se necessário salientar que é de suma importância que se reafirme uma identificação com o território e o sentido da ruralidade como a prática sociológica principal para os jovens e cidadãos do campo. Segundo Abramovay (2006), a abordagem territorial propõe uma perspectiva de análise que abre caminhos para a compreensão da ruralidade sob a ótica da interação social e da complexidade de relações culturais, políticas e institucionais que constroem esse espaço, contribuindo para repensar a atuação das políticas governamentais no campo.

Assim a valorização sobre o território aparece como relação principal nessa, pois é sabido do componente atípico presente na zona rural, uma espécie de fusão das relações entre o ser humano e a natureza, nas palavras de Milton Santos o processo de valorização do território se dá, portanto, no âmbito de dois circuitos ecológicos: um social e outro natural (SANTOS, 1996)

Como estratégias que podem segurar a população rural no campo e influenciar mais especificamente os jovens, se podem citar algumas iniciativas que foram desenvolvidas a partir da criação e fortalecimento de algumas políticas públicas, principalmente pós 2003 impulsionado pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, sendo estas importantes para manter os jovens no campo, onde se destacam o Plano Nacional de Banda Larga no Ambiente Rural, a Educação no Campo, o fortalecimento do Plano Nacional da Habitação Rural e, claro, a Reforma Agrária.

Criado pelo decreto n.º 7.175/2010, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) é uma iniciativa do Governo Federal que tem o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia. Consideremos esse programa como uma condição essencial que ajuda os jovens a permanecer na zona rural, pois inclui os mesmos nas condições de acesso a informação e comunicações.

Com destaque aparece o Programa Nacional de Educação no Campo, o Pronacampo, este que sobre uma série de medidas tem as iniciativas voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas – Formação Inicial e Continuada de Professores -

Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - Infraestrutura Física e Tecnológica

O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Esse programa conta com uma cartilha de diretrizes que dispõe da abrangência do programa, que segue como preceitos uma ressignificação da importância de tratar a estrutura do morador da zona rural como imprescindível, tornando-se muito importante para manter as famílias unidas no campo e consequentemente facilitar a permanência dos jovens nas propriedades rurais.

O Programa Mais Alimentos segue na linha de proteção ao crédito do Pronaf, financiando investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, auxiliando uma maior diversificação de produções, o que facilita uma produção menos fragilizada e suscetível a desastres, investir numa agricultura mais sustentável faz com que diminuam os insucessos e assim aumentem os progressos nos sistemas de produção, ajudando a manter o jovem no campo. Além desse programa envolvendo os sistemas de produção e alimentação no meio rural, também houve um fortalecimento do PNAE, programa que garante um percentual da merenda escolar oriunda da agricultura familiar, garantido um subsídio para as famílias produtoras. Uma questão que avançou pouco foi a Reforma Agrária, sobre muitas divergências no que diz respeito a sua verdadeira aplicação, o fato é que a estrutura latifundiária brasileira foi arquitetada e assim permanece, cada vez mais difícil de ser dissolvida, inclusive com muitos cargos políticos de influência dentro do país. Mesmo assim houve um fortalecimento do PRONERA, Programa Nacional de Reforma Agrária, que criado anteriormente a data citada, teve uma ampliação, com acesso a educação básica para assentados, além da capacitação de educadores para atuarem nessas áreas.

4. CONCLUSÕES

Na presente pesquisa pode-se evidenciar a influência de algumas políticas públicas pontuais que infringem sobre a problemática da permanência do jovem no campo, também foram apresentadas algumas noções sobre as preocupações que afetam as populações rurais. Constatações estas que envolvem diretamente a Geografia como um aporte intermediário, quando se estabelecem diferentes agentes atuantes entre a conjuntura social e os diferentes territórios.

Sendo assim este estudo aparece como plausível e necessário sobre a discussão acadêmica atual, que de certa forma prioriza as questões discorridas no ambiente urbano e vê o rural como antagônico ou ultrapassado, muitas vezes estando apenas relacionado a suprir algumas necessidades do urbano. Portanto, se tornam de suma importância à necessidade de que todos venham a desenvolver a compreensão sobre essas questões, além de desenvolver uma percepção efetiva e crítica quanto as políticas públicas, destacando a importância e a necessidade de continuação e ampliação das mesmas, como artifício principal de organização territorial e manutenção do jovem no meio rural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p.51-70.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Brasília: Ipea, 1999 (Texto para discussão, n. 621). Acessado em 4 jan. 2014. Online. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População jovem no Brasil / IBGE, Departamento de População e indicadores Sociais. Acessado em 11 Jul. 2016. Online. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26686>

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural. Acessado em 10 Jul. 2016. Online. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha_pnhr.pdf

PNBL - Programa Nacional de Banda Larga. Acessado em 10 Jul. 2016. Online. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação no Campo. Acessado em 10 Jul. 2016. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18720>

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar e Mais Alimentos. Acessado em 10 Jul. 2016. Online. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Acessado em 06 Ago 2016. Online. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.